

Ex.ma Senhora Presidente do Rotary Club de Lamego
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego
Ex.mo Senhor Governador Assistente
Ex.mas Senhoras e Senhores membros do Rotary Club de Lamego

Minhas senhoras e meus senhores e, por último e, não menos importante, caros alunos e respetivas famílias, hoje aqui laureados uns e outros, pais e filhos, por esta Instituição centenária sem fins lucrativos, que presta inúmeros serviços nas suas localidades de implantação, e que tem como um dos seus objetivos o reconhecimento e a distinção do mérito daqueles que nas suas comunidades de origem se distinguem pelo esforço, dedicação, empenhamento e excelência.

Reconhecer o mérito e, de facto e de direito, perfazer e dar corpo ao pensamento do Dr. Paul Harris, fundador do Rotary Internacional e comungar do seu lema principal: «*Dar de si antes de pensar em si*».

No Séc. IV AC Aristóteles dizia-nos: «somos o que repetidamente fazemos». A excelência não é portanto, um feito, mas sim um hábito. Não sendo uma novidade, dizemos nós, a excelência e o mérito, nos tempos que correm, não podem ser consideradas uma exceção, precisam de ser uma rotina e, necessitam, isso sim, da conjugação de inúmeras varáveis que conjugadas em conjunto facilitem a construção e o reconhecimento, tema que nos traz aqui hoje.

Se no berço começamos a beber os primeiros ensinamentos, porque quem ama educa, e na escola começamos a perceber que ser excelente é ter capacidade para responder de forma eficiente e eficaz às solicitações, porque educar é ser artesão da personalidade e poeta da inteligência, na igreja/igrejas encontramos o conforto para a construção das metas a que nos propomos, nos clubes/associações, isto é, no associativismo encontramos a âncora do complemento da nossa felicidade, percebemos facilmente que a família é o esteio da descoberta de que cada um de nós não só é cocriador da sua própria realidade, como encerra em si a capacidade de ter as respostas que garantam a superação de todo e qualquer desafio, porque se compararmos a família a galhos de uma árvore, onde todos crescem em direções diferentes, a nossa raiz continua a ser a mesma. A magistratura de influência exercida pela família tem um papel crucial na conquista do mérito e na procura da excelência como marco e resultado do que se pretende alcançar.

Reparem: não mencionei os namorados, depois falamos disso!...

Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal no século XVIII, introduz o ensino público em Portugal com a Reforma dos Estudos Menores, sendo esta a imagem de marca da sua passagem pelas reformas em Portugal, contudo, ele mais não quis do que fazer a primeira grande reforma das aulas secundárias e do ensino superior, porque as reformas económicas por ele encetadas exigiam reformas globais do Estado e estas reformas a modernização de Portugal, para dotarem o País de mão de obra qualificada no arranque das diversas atividades fabris e comerciais.

Pela política, pelo conhecimento científico e pela pedagogia, o Marquês, tencionava alterar substancialmente a relação entre o Estado e as profissões. Aos olhos do Estado, as universidades tornavam-se instituições capazes de forjar a nova elite que se pretendia instituir, para um novo modelo de sociedade, pautada pela ideia de crescimento, porque todos os que poderiam fazer crescer o país, não saíram das fileiras universitárias. Era preciso renovar a estrutura universitária para engendrar um movimento capaz de conceber novas elites para gerar no futuro o crescimento de Portugal.

Os ventos que sopravam da Europa traziam o cheiro a liberdade uma nova ordem política inspirada na concepção iluminista do fraternalismo, do igualitarismo e da felicidade social. A revolução de 1820 abrirá as portas ao processo histórico do liberalismo português. Seguiram-se-lhe as inúmeras reformas do ensino ao longo do século XIX, oscilando entre políticas descentralizadoras ou centralizadoras, mas sempre com o intuito de criar a melhor legislação que conduzisse o país a formar os melhores quadros que, passaria pelas reformulações das aulas secundárias, pela criação dos liceus, pela reforma da universidade e pela instalação de outras faculdades noutros pontos do país.

Mesmo assim, Antero de Quental nos finais do século XIX apontava como causa principal da nossa decadência a repressão do espírito crítico, experimental, inovador e universalista e a sua substituição pelo dogmatismo, pela intolerância, pela autoridade, pela educação livresca e escolástica, assente num saber cristalizado e inerte.

Permitam-me que como nota de rodapé lhes diga o seguinte: Portugal, foi um dos primeiros países na Europa a legislar sobre a obrigatoriedade escolar, mas foi um dos últimos a cumpri-la. As leis sobre educação e ensino nunca traduziram a realidade existente, nem sequer a realidade possível. Foram ou são sempre textos programáticos que se limitam a condensar num dado momento, as vontades ou as intenções de certos grupos ou personalidades.

No século XX, em 1910 com a implantação da República assistiremos a aposta no ensino infantil e primário, pois era entendimento dos republicanos ser esta a base do sistema escolar onde se formariam cidadãos republicanos e patriotas até à criação de um tipo novo de educação, «*a educação republicana*».

O republicanismo já tinha recrutado as suas hostes entre uma elite intelectual que pensava o futuro da pátria na busca da regeneração capaz de inverter a situação de decadência a que a Monarquia a conduzira. Para isso a educação do povo era condição indispensável ao ressurgimento nacional. Só a instrução poderia contribuir para formar os novos cidadãos, o homem novo, capaz de analisar os males do país e responder à crise pela aceitação dos novos ideais. Os liceus tiveram um enorme impacto na sociedade portuguesa. Apesar de todas as insuficiências, eles cumpriram um importante papel na formação da classe média. Em cada tempo histórico, concreto, foram sempre motivo de críticas e insatisfações. Mas, anos mais tarde, são as memórias nostálgicas que prevalecem e que tendem a devolver-nos uma imagem idílica deste todo poderoso império do meio (Nóvoa e João Barroso).

A aposta no ensino superior foi enorme, tentando nivelar-se as diversas universidades, abolindo-se o foro académico, descentralizando-a, elegendo os seus reitores, concedendo-se autonomia financeira, aumentando-se o número de bolsas de estudo, etc. O ensino feminino, este disparou consideravelmente, fruto do desenvolvimento social e económico do país e da ação de associações femininas entretanto criadas, tendo sido as classes médias as protagonistas da mudança.

Em 1926, surge o Estado Novo privilegiando uma missão educativa nacionalista conservadora em detrimento da instrução, por forma a identificar a escola com uma ordem social construída à volta da ética cristã, da moral católica e dos valores patrióticos. Os mecanismos restritivos de acesso ao ensino, entretanto criados, a redução do tempo de escolaridade obrigatória, o acesso ao ensino liceal com os exames de admissão e a fixação do número de turmas a nível nacional, afunilarão o acesso à universidade deixando pelo caminho milhares e milhares de excelentes alunos que durante

longos anos se foram integrando nas profissões modestas, mas dignas que iam proliferando pelas diferentes localidades.

O regime tinha como prioridade a formação de uma elite dirigente, porque os grandes problemas nacionais tinham de ser resolvidos não pelo povo, mas pela elite, enquadrando as massas. Era necessário criar e construir um conjunto de personalidades recrutáveis para formar e manter os governos e, estes, tomarem as decisões mais acertadas e esclarecidas para o bem do povo. Esta estratégia de contenção da população liceal tem a sua máxima eficácia no reforço do ensino privado e no estabelecimento duma divisão clara entre o ensino liceal e o ensino técnico, criando uma separação dos alunos desde o final da escola primária. Mas a partir dos anos 60, o aumento da população liceal faz implodir este modelo que se tinha tornado organizativamente inviável e socialmente inaceitável (António Nóvoa).

O regime acreditava na diferença inata das capacidades de cada um, e também, não menos importante no conjunto de experiências, ideias, ações inculcadas ao longo de gerações para despoletarem no momento oportuno. Era recorrente o seguinte exemplo: «Uma *criança inteligente, filha de um operário hábil e honesto, pode, na profissão de seu pai, vir a ser um trabalhador exímio, progressivo e apreciado, pode chegar a fazer parte do escol ou da elite da sua profissão e, assim deve ser*».

Os anos sessenta representam a década em que os governantes começaram a perceber que o país tinha que acompanhar os trilhos do desenvolvimento da Europa: aumenta-se a escolaridade obrigatória, cria-se o ciclo preparatório e nos povoados do interior introduz-se os meios áudio visuais pela Telescola. Estavam dados os primeiros passos para a massificação do ensino! A Reforma Veiga Simão representará um período de mobilização de vontades e de predisposições que, colocaria a educação no centro dos debates sobre o desenvolvimento e modernização do país e tornava bem visível para a sociedade portuguesa o completo esgotamento da forma política organizativa do Estado Novo.

Com a revolução de abril e o estabelecimento de uma escolaridade obrigatória (progressiva e hoje de 12 anos de escolaridade), a reestruturação do ensino primário, a reforma das escolas do Magistério, a criação do ensino secundário unificado, o intenso processo de formação docente, a reforma do ensino superior, o incremento e a diversificação da sua oferta, a expansão e consolidação da rede, a definição das suas condições de acesso, o aumento do número de vagas nas universidades e nos institutos superiores politécnicos, o estabelecimento de um estatuto da carreira docente, sucessivas leis de financiamento do ensino superior público e a sua abertura à iniciativa privada, etc. deram origem ao alargamento da base social de recrutamento dos estudantes do ensino superior e à democratização deste segmento educativo.

Se partirmos do pressuposto que a escola tem algumas características de lugar estrutural, defender-se-á que constitui um espaço público no qual se podem dotar todas as futuras gerações com novos modos de pensar a construção de um mundo mais justo - um mundo no simbolismo da expressão de Paulo Freire, mais redondo, menos arestoso, mais humano e que se possa materializar a grande utopia «unidade na diversidade».

O mérito que almejamos, a excelência porque tanto lutamos, a notoriedade que conseguimos e também a resultante dos sacrifícios passados e das privações conseguidas. Porque procuramos dar o melhor de nós mesmos, obtemos os resultados esperados, não para os outros, mas para nós, para nossa própria satisfação para alimentar esta paixão de fazer de que somos feitos. Os sonhos

transformados em compromissos e os compromissos em resultados, porque os sonhos são alimentados por objetivos, estes transformados em estratégias que constroem planos que nos permitem acreditar para passarmos a acreditar no nosso potencial para superarmos os desafios que se vão colocando pelo caminho. Persistir é o segredo para nos mantermos em ação na procura dos resultados esperados. Diz o povo na sua sabedoria milenar que, quem espera sempre alcança. Porque quem espera tem capacidade para superar as adversidades, fazer das fraquezas forças e converter as adversidades em oportunidades.

Nos dias de hoje em que as curvas do tempo aguçam o sentido da exigência, diferente e distinta de época para época agora mais acentuada, faz-nos recuar ao tempo em se lutava nos bancos do liceu pela famigerada positiva, o dez da nossa salvação, sendo que a nota máxima do reconhecimento era o 14 que nos permitia dispensar de exame de aptidão à universidade. Longe vão esses tempos que nos transformavam em heróis momentâneos e em que a entrada na universidade não dependia da escolha de curso, não dependia das notas, mas dependia de fatores socio económicos influenciadores do futuro de tantos jovens.

Esta alegria que hoje aqui nos traz e este reconhecimento meritório é igual àquele que nos últimos tempos nos tem sido relatado pela imprensa nacional e estrangeira quando muitos dos nossos alunos, muitos jovens portugueses, ganham concursos a nível internacional em áreas específicas como a física ou a matemática, quando depois insistimos nas percentagens daqueles que não querem ou não gostam destas disciplinas. Somos também confrontados com muitos jovens a participar ou a liderar projetos de investigação nas maiores multinacionais do globo ou nas mais bem-conceituadas universidades do mundo. No entanto, insistimos em maldizer o sistema, em propagandear que somos fruto do facilitismo, em contrariar estes dados objetivos e em valorizar o que não é nosso.

Estes quadros e estes valores individuais originários de famílias portuguesas «destruturadas, dizem uns» formados nas nossas escolas «que são péssimas», dizem outros, tendo tido estes professores que são «reles ou medíocres» dirão muitos outros, atingem mesmo assim níveis de estrelato ao lado ou acima de tudo de jovens provenientes de famílias loiras do norte da europa, de escolas finlandesas do top, de sistemas noruegueses pintalgadas à costa nova e, de professores com 2 metros ou 2 metros e vinte com cor verde. Só que, para espanto de muita gente, estes alunos, estes meninos, estes filhos de Lamego ou de Portugal, são o produto do nosso sistema educativo, do esforço nacional na educação, e de toda uma estrutura montada que permite que muitos e, terão que ser muitos mais, possam atingir estes resultados que tanto nos orgulham.

E, para terminar, não poderia acabar esta humilde dissertação sem trazer a colação, a relação qualidade/excelência/mérito com a questão da globalização que na maior parte dos casos desenraíza os melhores levando-os a outros níveis de ensino e depois o local de origem não tem a menor possibilidade de os acolher. Os planos de desenvolvimento plurianuais que permitiriam projetar a prazo o local face ao nacional é algo de errático, não conseguido e muitas vezes ignorado, porque o mais fácil é gerir para o imediato e não para planificação futura das localidades que é o mesmo que dizer para ancorar os nossos jovens, nos nossos povoados (cidades ou vilas) que vivem afastados da grande cidade amuralhadas pela interioridade, cercadas pelo isolamento, esquecidas da civilização e envelhecidas pelas suas gentes. Enquanto não tivermos a capacidade para sabermos o que queremos, para projetar para onde vamos e para construir caminhos e rotas de futuro, estamos condenados a ver partir muitos daqueles que ciclicamente homenageamos e que no futuro fruto das suas capacitações, das experiencias adquiridas, dos ensinamentos recebidos, criam outras raízes e contribuem para o desenvolvimento de outros mundos e outras paragens.

Aos alunos aqui presentes e às suas famílias as minhas mais honrosas felicitações.

Muitos Parabéns, sejam felizes e se puderem não esqueçam as vossas raízes ...

A handwritten signature in blue ink, reading "Almeida". The signature is written in a cursive, flowing style.

Doutor (Alberto de Jesus Almeida)